

Um olhar sobre a participação das mulheres em associações de imigrantes¹

Rosana Albuquerque (CEMRI - Universidade Aberta)

Embora as mulheres imigrantes estejam inseridas numa teia de interações sociais que as colocam frequentemente em situação de desvantagem ou de discriminação, nomeadamente por questões de género, de pertença étnica e classe social, elas não são sujeitos passivos face a estas desigualdades.

Os primeiros estudos sobre imigração feminina mostraram, desde logo, que as mulheres imigrantes não se assumem apenas como vítimas e que, pelo contrário, desenvolvem várias formas de resistência, seja em relação aos companheiros, no confronto com as diversas expressões do racismo no seu quotidiano ou tentando melhorar as condições de trabalho, além de contribuírem para o surgimento de novas formas de solidariedade e de se assumirem como agentes de cooperação que ultrapassam as fronteiras do grupo étnico de pertença (Morokvasic 1993, p. 465).

No Reino Unido existem organizações autónomas de mulheres negras desde os anos 1970, apresentando grande diversidade de estratégias e de filosofias de intervenção entre si; ao longo dos anos 1980 e 1990 vive-se uma diversificação progressiva destas associações, acompanhando a própria evolução das agendas reivindicativas, e têm vindo a ser criadas organizações que centram o seu trabalho nas relações entre discriminação entre os sexos, discriminação étnica e discriminação resultante da orientação sexual (Sudbury 1998, pp. 9-12).

Mais perto de nós temos o caso de Espanha, onde, em finais dos anos 1980, começaram a surgir associações de mulheres, sobretudo imigrantes das Filipinas e da África Subsariana, que centraram o seu trabalho em necessidades específicas das imigrantes, designadamente nas questões ligadas ao reagrupamento familiar (Sipi 2000, p. 360). Em 1994, a cidade de Barcelona assiste a uma significativa iniciativa pública intitulada “*Las mujeres inmigrantes desaftan su invisibilidad*”, cujos objectivos eram o combate das imagens estereotipadas e negativas, que identificavam a mulher imigrante como submissa e ignorante, e a luta por direitos sociais, onde se destaca o direito ao tratamento individualizado da mulher imigrante no processo do reagrupamento familiar, de modo a evitar que esta fique numa situação de dependência face ao marido (Sipi 2000, pp. 360-361).

Ao observarmos o movimento associativo de imigrantes em Portugal, constatamos que as mulheres têm tido uma participação activa desde a primeira etapa da sua história, muito embora a sua participação nem sempre seja visível publicamente. Podemos observar que também as mulheres desempenharam o papel de líderes e encetaram iniciativas para fundar várias associações, como é o caso concreto de algumas das primeiras associações de imigrantes em Portugal.

¹ Texto publicado no livro SOS RACISMO (ed.) (2005) *Imigração e etnicidade: vivências e trajectórias de mulheres em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 105-117.

No entanto, em regra, não se têm constituído associações especificamente femininas. Numa recente caracterização das associações de imigrantes, só nos foi possível identificar uma associação exclusivamente dirigida a mulheres, a Associação dos Amigos da Mulher Angolana, que iniciou a sua actividade entre 1990 e 1991 (Albuquerque 2002, p. 373), enquanto que relativamente às associações ciganas, temos conhecimento da existência da AMUCIP – Associação das Mulheres Ciganas de Portugal, fundada em 2000.

Para tentarmos compreender como é que as mulheres analisam o seu papel e a situação da participação feminina nas associações de imigrantes em Portugal, o SOS Racismo entrevistou quatro dirigentes associativas: Alcestina Tolentino da Associação Caboverdiana; Anabela Rodrigues da Associação Cultural Moinho da Juventude; Heliana Bibas da Casa do Brasil; Maria Olga dos Santos da Moçambique Sempre². Desde já o nosso agradecimento à total receptividade e interesse manifestados pelas entrevistadas.

A intervenção associativa

A Associação Caboverdiana, a Associação Cultural Moinho da Juventude e a Casa do Brasil são estruturas pioneiras do associativismo de imigrantes em Portugal, tendo sido legalmente fundadas em 1981, 1987 e 1992, respectivamente. A Moçambique Sempre foi criada em 2001. Em todas estas associações, as mulheres estiveram implicadas desde o momento que conduziu à sua fundação e têm-se mantido activas na dinamização das actividades desde a primeira hora.

A intervenção associativa da Associação Caboverdiana e do Moinho da Juventude orientou-se, numa primeira etapa e em moldes gerais, para a resolução dos problemas dos bairros onde se iam concentrando os imigrantes, pois eram bairros sem quaisquer estruturas básicas de apoio como saneamento, acesso a água, caminhos e transportes. Com o reagrupamento familiar ao longo da década de 1980, começou a sentir-se necessidade de prestar apoio às famílias, nomeadamente às mães trabalhadoras, através da criação de jardins de infância e creches.

A necessidade de espaços educativos para as crianças era bastante sentida no bairro do Alto da Cova da Moura, onde está sediado desde sempre o Moinho da Juventude, pelo que os objectivos desta associação se centraram muito nas mulheres:

² As entrevistas foram realizadas por Ana Cruz, Guadalupe Murillo Moreno e Liliana Azevedo. Inicialmente, pensou-se realizar mais entrevistas de modo a abranger uma maior diversidade de experiências, mas o pouco tempo disponível para a realização deste trabalho impossibilitou a tarefa. Também por escassez de tempo e sobrecarga de agenda não foi possível realizar a entrevista à dirigente da Associação das Mulheres Ciganas de Portugal. Pedimos também imensa desculpa porque parte de algumas das entrevistas não ficaram registadas de forma audível, o que impediu uma análise mais completa e fiel à riqueza dos testemunhos que estas dirigentes partilharam connosco. Sendo este um primeiro passo para compreender as questões ligadas à participação das mulheres nas associações, fica o nosso compromisso que outros serão dados no futuro.

“Tinha a ver com a própria sociologia na altura: as mulheres eram as que ficavam em casa, os homens eram os que sustentavam a família, elas cuidavam dos filhos... e eram elas que tinham o tempo para estar. Agora as coisas começam a virar um bocadinho.”

A Casa do Brasil viveu uma situação contrária pois no início dos anos 1990 *“(...) a imigração era muito mais masculina. Esta segunda leva não tem essa diferença estatística, estão vindo [as mulheres] com a mesma força que vêm os homens.”* Hoje, sente-se já necessidade de trabalhar especificamente questões de género:

“[devido à] questão das meninas imigrantes que são mulheres, que vêm procurar trabalho e que não têm marido, ou um companheiro, ou um pai, ou uma mãe (...) e a interpretação que a sociedade acaba dando a isso..., elas começam a ser mais rejeitadas e não vamos negar, não vamos tapar o sol com a peneira, a questão das profissionais do sexo, que vêm, não só para Portugal, nem vêm só brasileiras. Há um movimento razoável de brasileiras, é verdade, não é só, sempre rejeitamos isso, porque acaba-se por criar o estereótipo de que toda a prostituta é brasileira. Então, por conclusão, toda a brasileira é prostituta. É horrível e nós não aceitamos, e sempre que podemos combatemos. E começou a aparecer uma maior necessidade de mexermos com a questão das mulheres, e não só porque também aumentou o número de mulheres imigrantes. Como cidadãs imigrantes, elas também têm de começar a pensar mais, em se organizar mais. (...) Nós aqui estamos sentindo que já faz falta alguma coisa mais voltada para as mulheres, até porque são mais as mulheres.”

A Moçambique Sempre é uma associação sociocultural com objectivos centrados na divulgação da cultura moçambicana em Portugal e especificamente a literatura. No entanto, a sua presidente alimenta a ideia de vir a constituir uma associação de mulheres:

“(...) eu digo sinceramente, eu tinha mais jeito, eu gostaria de... participar activamente numa associação só de mulheres, neste caso mulheres imigrante dos países de língua oficial portuguesa, porque eu acho que tinha mais, mais facilidade mesmo de, de... como é que eu posso dizer, valorizar em termos de mulher.”

O papel das mulheres como dirigentes associativas

“Embora o contributo das mulheres no movimento associativo em termos numéricos não seja grande” e se assumir que mesmo *“nas associações lideradas por mulheres na prática só aparecem homens”*, um primeiro dado que sobressai no conjunto destas associações é que todas elas têm tido mulheres no mais alto cargo da direcção e uma importante presença feminina no conjunto dos órgãos directivos (por exemplo, a Casa do Brasil teve 4 mandatos seguidos com uma mulher como presidente).

No entanto, nem sempre a existência de uma mulher como presidente da associação é vista como essencial para a prossecução dos objectivos:

“(...) penso que para os caboverdianos interessa que a associação funcione, dando resposta para os seus problemas e sobretudo dando aquilo que a comunidade deseja.”

A presença das mulheres em cargos de liderança, no conjunto da sociedade, é consensualmente avaliada como positiva e como algo a incentivar para contrariar a tendência dominante:

“É engraçado porque (...) quando pensamos em primeiro-ministro, presidentes, directores, etc. são sempre cargos masculinos. Neste sentido acho que é importante fomentar o papel da mulher como líder. (...) para a comunidade em geral em si, penso que é importante conseguir que cada vez mais mulheres na vida associativa tenham mais representatividade social, ajudar e contribuir para a promoção das mulheres, o que conduz à sua participação”.

Quando questionadas sobre o papel das mulheres nas associações e se há diferenças entre homens e mulheres na forma de organizar e desenvolver o trabalho, são expressas opiniões muito diversas:

“A frase “Por detrás de um homem está sempre uma mulher” acho que é porque por natureza nós somos sempre impulsionadoras, acabamos por arrastar, por levar. (...) Isto também facilitou a tarefa associativa. A maneira como nós falamos com os jovens, por sermos mulheres, se calhar existe um maior respeito do que com os homens.”

“Eu estou convencida que as mulheres acabam puxando, mostram mais as coisas quando elas se organizam. Trazem a família ou companheiros e até os que estão à volta para aquelas organizações.”

“Há algumas diferenças. Talvez poucas. Mas não querendo dizer mal dos homens, isto não é dizer mal, é a realidade, mas eu sinto que... não é por eu ser mulher, mas pronto, eu sinto que uma mulher parece que tem muito mais responsabilidades, é muito mais fácil ela traçar um compromisso e cumpri-lo. Embora também os homens possam cumprir, mas pronto, acho que não há muito respeito nos compromissos que eles traçam. (...) a mulher parece ter mais cuidado, não sei se é pelo facto de ser mulher, ser mãe... é essa a diferença que eu noto.”

É a partir destas diferenças que uma das dirigentes realça a importância de haver um maior equilíbrio entre os sexos para *“contrabalançar opiniões. Tem de ser equilibrado. Nós as mulheres às vezes temos a tendência para ver até à última das questões... os homens são mais decididos neste aspecto, vão mais directos ao assunto.”*

Dificuldades e entraves à participação das mulheres em associações

Se a participação da mulher nestas estruturas é definida como tendo um papel positivo de mudança social, não é sem dificuldades que estas dirigentes desenvolvem o seu trabalho, salientando que alguns obstáculos resultam directamente do facto de serem mulheres, tendo em conta os estereótipos que atribuem ao sexo feminino um papel passivo, submisso ou não interveniente:

“(...) como é que eu posso dizer, eu sinto como um bocadinho de machismo, o homem ainda não aceita assim abertamente as ideias da mulher e muitas vezes até somos mal

interpretadas. (...) Temos de nos respeitar pelo facto de sermos seres humanos (...) mas eu tenho tido uma grande dificuldade de aceitação sobretudo em termos assim de... quando (...) tentamos conciliar assim uma actividade eu tenho muita dificuldade de ser ouvida sobretudo por outras associações, precisamente por ser mulher. Elas são lideradas por homens e eles não aceitam assim muito facilmente, e eu posso ter ideias mesmo válidas, mas eu noto sempre ali uma dificuldade, só que, pronto, acaba-se superando e é a ideia melhor que prevalece. Mas não é fácil.”

“É muito engraçado, quando somos reivindicativas e dizemos as coisas como são, somos consideradas muito agressivas. Isto pode ser um obstáculo que podemos criar. (...) Às vezes por sermos mulheres não somos encaradas a sério. Na minha experiência pessoal, já encontrei pessoas que nas discussões me davam um trato diferente por ser mulher, como se não fosse levada a sério.”

Outras dirigentes identificam a falta de tempo das mulheres em participar em actividades associativas devido à sobrecarga laboral e às deficientes condições de trabalho a que, em geral, as mulheres imigrantes estão sujeitas, mas também devido à desigual divisão dos papéis no seio da família. Ainda é a mulher quem assume a responsabilidade das tarefas domésticas, o cuidar dos filhos e, em muitas famílias, dos idosos:

“(...) subjacentes às vezes à dificuldade de participação estão problemas que vão radicar na família, na própria distribuição dos papéis no interior da família, onde lhes [às mulheres] recai muito peso. Deveriam existir mais respostas sociais para os idosos, para os deficientes (...), são problemas que na nossa realidade não têm visibilidade, o peso de toda a responsabilidade do cuidar deles recai sobre as mulheres (...).”

Num quotidiano preenchido pelo trabalho e cuidados à família, é necessário fazer uma gestão acrobática do tempo se se quiser aliar a essas tarefas a participação associativa, como ilustra o excerto da seguinte entrevista realizada num outro estudo (Sertório e Pereira 2004, p. 88):

“(...) Na associação sou praticamente a única em termos de participação, de trabalho. Não sei se a dificuldade de ter mulheres na associação é da vida das mulheres, porque para participar na associação tenho que me espremer um bocado, porque tenho um bebé, não tenho ninguém para me ajudar, tenho de vir trabalhar; às vezes venho do trabalho, vou a correr, dou o banho, deixo-a numa amiga e vou para a associação. Às vezes, levanto-me mais cedo, vou pegar uma hora antes para sair uma hora antes, para ir a correr a casa, ir tratar da menina e vir a correr, sem comer, sem nada, mas porque eu quero, porque faz-me bem. Estou sempre ocupada. Já me estava a sentir uma pessoa sem ninguém, parecia que ninguém me ligava. (...).”

A participação da mulher nas associações está, naturalmente, condicionada por todo o contexto do seu dia-a-dia. Na opinião de uma das nossas entrevistadas, há também que considerar o problema do racismo:

“[as mulheres imigrantes são] muito trabalhadoras... moram do outro lado do rio, eu venho com muitas sempre que estou no turno da manhã, às 7h (...) são ‘N’ pessoas que trabalham na restauração, fazem limpezas, têm uma vida assim um tanto ou quanto

agitada. (...) há muitas mulheres formadas mas que não têm condições de se afirmar numa sociedade dita portuguesa porque sabemos o que anda por aí também, eu acho que o tom da pele não favorece, porque infelizmente o racismo existe. Muito poucas são bem sucedidas, mesmo com estudos, muito poucas mesmo.”

As dirigentes associativas por nós entrevistadas não enfrentaram na sua vida pessoal muitas dificuldades de conciliar a vida familiar com as exigências de tempo da militância em associações, pois ou já tinham filhos adultos quando iniciaram a sua intervenção associativa ou contam com a ajuda familiar, nomeadamente da mãe, no apoio aos filhos. No entanto, a dedicação ao trabalho na associação pressupõe e tem exigido sempre um esforço diário de conciliação da vida pessoal com a participação associativa, além da vida profissional. Uma das entrevistadas, sendo profissional da associação da qual é dirigente, optou mesmo por matricular o seu filho no jardim de infância da associação para estarem mais próximos e facilitar o seu acompanhamento, apesar de no seu entender esta não ser a estratégia pedagógica mais correcta.

Na sociedade portuguesa, a divisão dos papéis entre homens e mulheres ainda é muito marcada por estereótipos sexistas que afastam os homens do cuidar dos filhos e das tarefas domésticas e empurram as mulheres para essas mesmas tarefas. A organização do trabalho e da família e toda a rede de relações sociais carrega ainda com o peso de uma sociedade tradicionalmente patriarcal, e daí a necessidade de compreender como as questões de género, e de classe interferem e interagem com a condição da mulher imigrante ou de minorias.

Um assunto que foi referido por duas dirigentes e que inibe fortemente a participação em actividades associativas, não só das mulheres imigrantes mas também dos homens, é o medo, o sentimento de medo que resulta da situação de insegurança face ao trabalho e da dificuldade de ter uma situação jurídica regularizada e estável:

“(...) nós antes conseguíamos fazer muitas mais coisas junto com outras associações, porque os imigrantes estavam menos amedrontados. Hoje, há muita insegurança. E pela insegurança e pela carga de trabalho (...) As pessoas estão mais voltadas para elas mesmo.”

“Também é um problema entre as mulheres, entre toda a gente, os imigrantes, mas sobretudo as mulheres, há aquele medo, existe aquele medo de ser maltratada, humilhada, mas pronto, quando pensam em fazer queixa, têm medo de perder o emprego, porque infelizmente isso acontece e eu compreendo essa parte. Eu fazia questão que as pessoas se sindicalizassem, para ver se conseguiam resolver os seus problemas, mas é muito difícil porque as pessoas trabalham numa situação precária. Todo o dinheiro que lhes vem é sagrado.”

Avaliação do impacto do trabalho das associações

Apesar das dificuldades descritas, as entrevistadas avaliam positivamente o impacto do seu trabalho associativo na comunidade envolvente:

“As mulheres acabam por impositonar e a comunidade acaba por considerá-lo normal [o papel da mulher dirigente associativa]. Os homens em regra têm alguma dificuldade em lidar com isso embora estejamos aqui há muitos anos, mas acabam por aceitar de uma forma melhor. (...) Também tem a ver muito com as pessoas. Os homens nos respeitam muito, de qualquer maneira a comunidade é um bocado mais machista que a portuguesa. (...)”

De qualquer modo, entendem que é da sua responsabilidade, enquanto mulheres e enquanto dirigentes associativas, de contribuírem para a mudança de atitudes:

“(...) Por exemplo, no caso do educador que trabalha na creche, no início não lhe atribuíram os bebés porque inconscientemente já lhe estavam a dar a tarefa mais máscula, pensavam que não ia saber mudar as fraldas, quando isto é uma coisa que se aprende. Nós mulheres, acabamos por incutir valores que não dizemos, mas fazemos na prática. A transmissão de conhecimentos ainda está muito dificultosa e nós temos culpa disso. Às vezes porque estamos cansadas de lutar contra a maré e quando chegamos a casa estamos cansadas da luta.”

”As pessoas aprenderam com elas próprias, são questões que estão em aberto relativamente à participação das mulheres, das mulheres e dos homens também ...”

Isto é o que Sudbury designa por “*activismo invisível*” (Sudbury 1998, p. 59) quando analisa as organizações de mulheres negras no Reino Unido e se refere ao esforço que as mulheres têm de desenvolver perante os maridos ou companheiros, as famílias e a comunidade de pessoas com quem interagem no quotidiano, de forma a combater preconceitos e discriminações com base no sexo, para além da discriminação étnica. A discriminação pode ser sentida de forma individual, mas está indissociavelmente ligada à discriminação sentida enquanto grupo, ou seja, enquanto mulheres negras. Assim, o problema pessoal é um problema político e a mudança da situação individual está inserida num contexto mais alargado de interacções sociais, que diz respeito às relações entre homens e mulheres, da mesma forma que às relações entre grupos étnicos minoritários e grupo étnico maioritário.

A avaliação positiva da experiência é-nos também confirmada pelo relato de uma das entrevistadas, que salienta o processo de crescimento pessoal que daí advém:

“(...) digamos que a experiência marca um ponto de viragem na vida de uma pessoa, uma experiência (...) muito do lado da realização pessoal, (...) do desenvolvimento afectivo e emocional também, foi uma experiência que traz consigo um conteúdo de mudanças profundas, mudanças não só na vida pessoal, mas mudanças em tudo o que nos envolve e que nos rodeia (...)”.

Se podemos ver o processo de participação na associação como uma experiência emancipadora que possibilita a aprendizagem de formas de resistência às desigualdades,

cujo conhecimento se pode transferir e disseminar através da intervenção associativa, este não deixa de ser um combate duplamente exigente na medida em que interfere na esfera da vida pessoal e na esfera da vida pública, simultaneamente. A mudança é lenta e gradual, porque entra em confronto directo com uma sociedade ainda assente em relações de poder assimétricas e desvantajosas para as mulheres, no geral, e para as mulheres imigrantes e de minorias, em particular.

Intervenção para o futuro

A situação da mulher imigrante leva a que as associações elejam a educação e o apoio jurídico como duas áreas-chave de intervenção quotidiana a prosseguir no futuro, sobressaindo as questões do reagrupamento familiar, os direitos relativos ao trabalho, os problemas de violência doméstica e de exploração e tráfico de mulheres.

Em termos de mudança da sociedade, no seu todo, uma dirigente destaca o papel da intervenção política, através de um maior envolvimento das mulheres na política activa (apesar de reconhecer que nem sempre existe apetência para tal) e, sobretudo, de uma mudança transversal das instituições, tendo em vista conseguir maior coerência entre as políticas e criar proximidade entre as práticas institucionais e a vida das pessoas:

“Não há coerência quando se fala de integração dos imigrantes. Quando entras numa instituição, por exemplo, quando vais a um banco, impõem questões para imigrantes que não têm nada a ver com eles. E isto não é só para as mulheres, acaba por ser geral. (...) Na prática não se aplica a lei. (...) Por outro lado, eu acho que era também nós, dirigentes, começarmos mesmo a pensar como, a nível de ‘mainstream’, conseguimos mudar isto. No resto da Europa, as associações de mulheres têm uma vida mais vinculativa em termos políticos. Nisto falhamos muito. (...) Por exemplo, a Comissão para a Igualdade não tem vínculo nenhum com a vida do dia-a-dia, com a prática. Não há coerência e as coisas têm de ter um fio condutor.”

Em suma, pode-se concluir que a melhoria das condições de vida e a promoção do estatuto social das mulheres imigrantes e de minorias é fruto da conjugação de esforços dos diferentes actores da sociedade civil – onde se destacam as associações de imigrantes – e das instituições do estado, sendo todas e todos nós responsáveis por criar relações sociais mais igualitárias, quer entre homens e mulheres, quer entre grupos minoritários e grupo maioritário, tanto na esfera pessoal como na pública. Sendo as desigualdades transversais, é-nos exigido que as afrontemos de forma articulada e coerente.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Rosana (2002) «Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes», in SOS Racismo (ed.) *A imigração em Portugal. Os movimentos humanos e culturais em Portugal*, Lisboa, SOS Racismo, pp. 366-381.

MOROKVASIC, Mirjana (1993) «'In and out' of the labour market: immigrant and minority women in Europe», *New Community*, vol. 19, nº 3, pp. 459-483.

SERTÓRIO, Elsa, PEREIRA, Filipa Sousa (2000) *Mulheres imigrantes*, Lisboa, Ela por Ela.

SIPI, Remei (2000) «Las asociaciones de mujeres, agentes de integración social?», *Papers*, nº 60, pp. 355-364.

SUDBURY, Julia (1998) *'Other kinds of dreams'. Black womens' organisations and the politics of transformation*, London/New York, Routledge.